

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.829.177 - DF (2019/0223960-2)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE : OSAIR ANTONIO ENEIAS JUNIOR**  
**ADVOGADO : MARCOS ANTONIO ANDRADE - GO030726**  
**RECORRIDO : AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A**  
**ADVOGADO : MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA - SP115665**

**DECISÃO**

Trata-se recurso especial, interposto por OSAIR ANTONIO ENEIAS JUNIOR, com amparo no artigo 105, inciso III, alínea "c", contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado (fls. 159/161, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONEXÃO ENTRE AÇÃO REVISIONAL E AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM AÇÃO DE EXECUÇÃO. NULIDADE DA SENTENÇA POR FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. NULIDADE DA SENTENÇA EM RAZÃO DO CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. CARÊNCIA DE AÇÃO DA CREDORA. NULIDADE DA CITAÇÃO POR EDITAL. REALIZAÇÃO DE VÁRIAS DILIGÊNCIAS. ESGOTAMENTO. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL DOTADO DE LIQUIDEZ. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. POSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA NA TAXA DE JUROS CONTRATADA. INOCORRÊNCIA. TARIFA DE CADASTRO. LEGALIDADE. AFASTAMENTO DOS EFEITOS DA MORA. COBRANÇA DE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA COM OUTROS ENCARGOS MORATÓRIOS.

1. Embora fundadas no mesmo contrato de financiamento, não há existência de conexão entre a ação revisional e a ação de busca e apreensão, porquanto não há identidade de objeto ou de causa de pedir entre as ações. Precedentes. Preliminar rejeitada.
2. Não se pode confundir falta de fundamentação com fundamentação sucinta, já que esta não acarreta nenhuma nulidade da decisão. O magistrado não está obrigado a pormenorizar seu entendimento. Precedentes. Preliminar rejeitada.
3. O magistrado é o destinatário das provas. Cabe a ele determinar as providências indispensáveis à instrução do feito e aferir a necessidade de formação de outros elementos para o julgamento da lide.
4. A questão controvertida constitui matéria exclusivamente de direito, tornando-se contraproducente a realização de prova pericial, além de constituir-se uma providência atentatória contra os princípios da economia e celeridade processuais. Preliminar rejeitada.
5. Não há que se falar em carência de ação da credora, quando demonstrada, por meio de notificação extrajudicial, a constituição em mora do devedor. Preliminar rejeitada.

6. Foram realizadas diversas tentativas para localização do endereço. Para o deferimento da citação por edital, não se exige o exaurimento absoluto de todos os meios possíveis para a localização do réu, tendo somente de ser verificada a adoção de medidas que indiquem que este encontra-se em local incerto ou ignorado. Art. 256, §3º, do Código de Processo Civil. Preliminar de nulidade da citação rejeitada.

7. Incide no caso o sistema jurídico autônomo instituído pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990), eis que se encontram presentes todos os elementos da relação jurídica de consumo (arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor): o consumidor apelante como destinatário final econômico e fático do serviço/produto (prestação de serviços e fornecimento de crédito) fornecido pela instituição financeira apelada no mercado de consumo. Destaque-se entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça: " " (Enunciado n. O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras 297).

8. A cédula de crédito bancário é título executivo extrajudicial (art. 28, caput, da Lei n. 10.931/2004), que representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, demonstrado em planilha de cálculo, ou em extratos de conta corrente, elaborada de maneira a evidenciar de modo claro, preciso e fácil o valor principal da dívida.

9. A cédula de crédito bancário não perde a liquidez pelo simples fato de alegação de divergência na taxa de juros contratada ou da capitalização mensal de juros.

10. A capitalização mensal de juros é permitida em contratos bancários celebrados posteriormente à edição da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (ratificada pela Medida Provisória n. 2.170-36/2001), desde que devidamente pactuada. Tratando-se de contrato de mútuo bancário, deve ser observada, ainda, a Lei n. 10.931/2004, que autoriza em seu artigo 28, § 1º, inc. I, a cobrança de juros na forma capitalizada.

O enunciado n. 541 da Súmula da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça considera que a previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada.

11. Não se observa qualquer divergência nas taxas de juros fixadas no contrato. No caso, verifica-se a fixação da taxa de 1,59% ao mês e de 20,77% ao ano. Em relação ao chamado CET (custo efetivo total), as taxas de juros são apresentadas em 2,02% a.m. e 27,63% a.a. Não se trata de divergência, mas do resultado da capitalização de juros, a qual é prevista no contrato.

12. É lícita a tarifa de cadastro cobrada no contrato, de acordo com a Resolução n. 3.919/2010 do Conselho Monetário Nacional. REsp 1.251.331/RS, julgado pela sistemática dos recursos repetitivos.

13. Os efeitos da mora do devedor serão afastados nas hipóteses de cobrança de encargos considerados abusivos no período da normalidade contratual, leia-se juros remuneratórios e capitalização. REsp 1061530/RS, julgado pela sistemática dos recursos repetitivos.

14. Embora tenha sido reconhecida na sentença a ilegalidade do seguro de proteção financeira, a sua cobrança, por si só, não possui o condão de afastar a mora do devedor.

15. Apesar de em tese ser vedada a cumulação da comissão de

permanência com outros encargos moratórios, no caso concreto não houve a cobrança da comissão de permanência.

16. Apelação Cível desprovida.

Em suas razões de recurso especial, o recorrente aponta a existência de dissídio jurisprudencial afirmando que *"o reconhecimento da cobrança de encargos abusivos naquilo que se denomina período de normalidade, descaracteriza a mora"*.

Contrarrazões (fls. 202/209, e-STJ).

Após a decisão de admissão do recurso especial (fls. 210/212, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Com efeito, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, *"a mora do devedor é descaracterizada tão somente quando a índole abusiva decorrer da cobrança dos chamados encargos do 'período da normalidade', juros remuneratórios e capitalização dos juros"* (AgInt no AREsp 800.605/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/09/2019, DJe 19/09/2019).

A propósito:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. REEXAME DE FATOS, PROVAS E CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. LIMITAÇÃO DE JUROS REMUNERATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE. INDICAÇÃO DE ABUSIVIDADE EM RELAÇÃO AOS JUROS MORATÓRIOS. CAPITALIZAÇÃO ANUAL DE JUROS. REVISÃO DE TAXAS DE JUROS REMUNERATÓRIOS. CARACTERIZAÇÃO DA MORA.

(...)

7. O afastamento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) caracteriza a mora.

8. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1419353/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/06/2019, DJe 12/06/2019)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO BANCÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. FALTA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DO VERBETE 283 DA SÚMULA/STF. NÃO PROVIMENTO.

1. "O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descaracteriza a mora". (REsp 1.061.530/RS, Rel. Ministra Nancy Andighi, Segunda Seção, DJe de 10.3.2009).

(...)

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1333077/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 07/02/2019, DJe 15/02/2019)

2. Na espécie, a Corte Distrital adotou os seguintes fundamentos (fl. 175, e-STJ):

O apelante requer o afastamento dos efeitos da mora, diante da alegada abusividade dos encargos contratuais.

(...)

Haverá, contudo, a elisão da mora do devedor, nas hipóteses de cobrança de encargos considerados abusivos no período da normalidade contratual, segundo orientação firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, em demanda submetida ao procedimento dos recursos repetitivos (Resp n. 1.061.530-RS):

(...)

Os efeitos da mora do devedor serão afastados nas hipóteses de cobrança de encargos considerados abusivos no período da normalidade contratual, leia-se juros remuneratórios e capitalização, segundo orientação do Superior Tribunal de Justiça.

**No presente caso, embora tenha sido reconhecida na sentença a ilegalidade do seguro de proteção financeira, a sua cobrança, por si só, não possui o condão de afastar a mora do devedor.**

Desse modo, a decisão da Corte de origem está em sintonia com o entendimento adotado pela Segunda Seção do STJ no REsp. 1.639.259/SP, julgado sob o rito do art. 1.040 do CPC/2015, sobre o tema.

Confira-se:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. TEMA 972/STJ. DIREITO BANCÁRIO. DESPESA DE PRÉ-GRAVAME. VALIDADE NOS CONTRATOS CELEBRADOS ATÉ 25/02/2011. **SEGURO DE PROTEÇÃO FINANCEIRA**. VENDA CASADA. OCORRÊNCIA. RESTRIÇÃO À ESCOLHA DA SEGURADORA. ANALOGIA COM O ENTENDIMENTO DA SÚMULA 473/STJ. **DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. NÃO OCORRÊNCIA. ENCARGOS ACESSÓRIOS.**

1. DELIMITAÇÃO DA CONTROVÉRSIA: Contratos bancários celebrados a partir de 30/04/2008, com instituições financeiras ou equiparadas, seja diretamente, seja por intermédio de correspondente bancário, no âmbito das relações de consumo.

2. TESES FIXADAS PARA OS FINS DO ART. 1.040 DO CPC/2015: 2.1 - Abusividade da cláusula que prevê o ressarcimento pelo consumidor da despesa com o registro do pré-gravame, em contratos celebrados a partir de 25/02/2011, data de entrada em vigor da Res.-CMN 3.954/2011, sendo válida a cláusula pactuada no período anterior a essa resolução, ressalvado o controle da onerosidade excessiva .

2.2 - Nos contratos bancários em geral, o consumidor não pode ser compelido a contratar seguro com a instituição financeira ou com seguradora por ela indicada.

2.3 - **A abusividade de encargos acessórios do contrato não descaracteriza a mora.**

**3. CASO CONCRETO.**

3.1. Aplicação da tese 2.1 para declarar válida a cláusula referente ao ressarcimento da despesa com o registro do pré-gravame, condenando-se porém a instituição financeira a restituir o indébito em virtude da ausência de comprovação da efetiva prestação do serviço.

3.2. Aplicação da tese 2.2 para declarar a ocorrência de venda casada no que tange ao seguro de proteção financeira.

3.3. Validade da cláusula de ressarcimento de despesa com registro do contrato, nos termos da tese firmada no julgamento do Tema 958/STJ, tendo havido comprovação da prestação do serviço.

3.4. Ausência de interesse recursal no que tange à despesa com serviços prestados por terceiro.

**4. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO.**

(REsp 1639259/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/12/2018, DJe 17/12/2018)

Sendo assim, a Súmula 83 do STJ serve de óbice ao processamento do recurso especial.

**3.** Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator